

A FORÇA DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DOS NEGROS ENTRE SILENCIAMENTOS E VISIBILIDADES

RESENHA

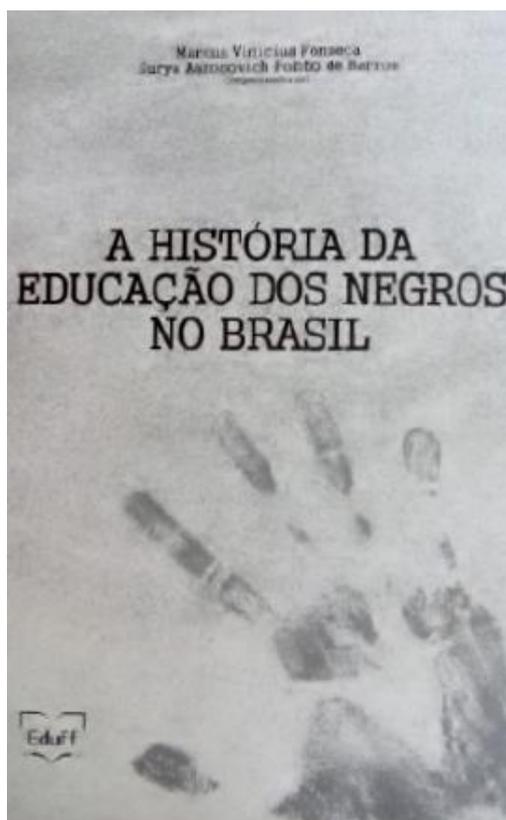
FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

Cíntia Borges de Almeida*

lattes.cnpq.br/5863561562897294

Marcelo Gomes da Silva**

lattes.cnpq.br/4832145819089248



Algumas expressões como “os próprios negros são racistas!”, “políticas de ações afirmativas geram desigualdades”; são ouvidas em nossa trajetória docente, vindas de diferentes pessoas e lugares, das salas de aula, defendidas por alunos brancos e negros. Citamos os exemplos, primeiramente, por não se tratar de algo isolado. Em segundo lugar, eles servem para destacar a relevância do livro “A história da educação dos negros no Brasil” no âmbito dos debates atuais e das narrativas propagadas por diferentes agências, visto que, a história é construída, revisitada e contribui para o entendimento e esclarecimento de questões que estão

* Doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil). Contato: cintiaborgesalmeida@yahoo.com.br.

** Doutorando em Educação na Universidade Federal Fluminense (Brasil). Contato: marcelogomes.dasilva@yahoo.com.br.

postas no presente.

Apesar da busca por “novas fontes, novos objetos, novas abordagens”, observamos que, entre “rupturas e permanências”, prevaleceu certo silêncio sobre as experiências dos negros em vários aspectos, resquícios da escravidão e do pós-abolição, que marcaram as narrativas históricas. Por exemplo, o negro trabalhador, escravo ou liberto, foi “esquecido” da história do trabalho no Brasil. Como aponta Silvia H. Lara (1998), a historiografia privilegiou, por muito tempo, o trabalho livre assalariado. Do mesmo modo, negou-se a trajetória educacional desses homens, mulheres e crianças, já que “negar que havia africanos escravizados letrados é uma das estratégias, deliberada ou ingenuamente utilizadas, para negar sua humanidade” (FONSECA; BARROS, 2016, p. 10).

Nesse aspecto, o livro organizado por Marcus Vinícius Fonseca e Surya Aaronovich Pombo de Barros, mais do que “divulgar essa produção e oferecer um panorama amplo das pesquisas sobre a história da educação dos negros no Brasil” (p. 14), reforça a ideia da história entendida como processo servindo de subsídio frente aos debates que nós professores (as), das diferentes modalidades de ensino, e, pesquisadores (as), enfrentamos na atualidade. Ultimamente, presenciamos o discurso da neutralidade educacional, a acusação, por parte de alguns setores, de que os professores atuam como doutrinadores ideológicos, o desmonte da educação pública e as reformas que visam desfavorecer o acesso dos mais pobres às diferentes modalidades de ensino. Se compreendermos que a sociedade é resultado do caminho que percorremos ao longo do tempo, é notório perceber, a partir da leitura da obra em questão, as possibilidades de resistência que a luta pelo acesso à educação permitiu. Se por um lado, ela é considerada manipuladora, controladora, aquela que enquadra o sujeito; por outro, ela potencializa a permanência de práticas culturais e comportamentos, a sobrevivência e condição de existir das camadas populares e, principalmente, em relação aos negros, serve de mediadora na inserção social e luta por cidadania.

A resposta que daremos aos nossos alunos, nas conversas entre os familiares, nas narrativas dominantes aos discursos propagados pela mídia, será o esclarecimento, sob a luz da história, do processo vivido por

estes sujeitos. É nessa perspectiva que a organização do livro nos direciona a reflexão. Dessa forma, o livro “A história da educação dos negros no Brasil”, publicado em 2016 pela editora EdUFF, reúne 16 artigos distribuídos ao longo das 442 páginas da publicação, que nos oferecem um bom panorama das pesquisas em história da educação dos negros, orientados em quatro núcleos cronológicos em torno da experiência social dos mesmos no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira (*Os Negros na Historiografia Educacional Brasileira; Educação e Escravidão no Brasil; Educação e a Abolição da Escravidão no Brasil; Educação no Período Pós-abolição*).

É sintomático o último capítulo tratar das ações afirmativas, o que nos remete a continuidade da luta por cidadania e educação, ao mesmo tempo, mantém alerta a relevância das ações de diferentes sujeitos e diferentes formas de agir, como podemos perceber a partir da relação estabelecida com os demais capítulos. Partindo desse reconhecimento, vislumbramos acudir no entendimento da obra.

Um dos organizadores do volume, Marcus Vinícius Fonseca (Universidade Federal de Ouro Preto), inicia a discussão proposta no primeiro eixo estruturador: *Os negros na historiografia educacional brasileira*; com o capítulo *A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil*. Consiste na problematização da presença do sujeito negro nas narrativas da historiografia educacional. Para o autor, é necessário questionar as formas tradicionais de representação dos negros em suas interpretações dos processos educacionais. Mais que isso, vale percorrer diferentes momentos da história e “reinterpretar os processos educacionais que envolveram a população negra” (p. 24). Nessa direção, o século XIX será um percurso necessário para se investigar a difusão da escolarização no Brasil e, mais atentamente, desmistificar a ausência e não frequência do negro na escola. Com vistas à renovação da historiografia brasileira, Marcus Vinícius Fonseca destaca uma nova reconfiguração nos procedimentos de construção das narrativas e das escritas em torno do protagonismo do negro, e ainda, legitima a importância de um conjunto de trabalhos, produzidos mais recentemente, que revelam diferentes formas de relação entre a população negra e a educação, contribu-

indo, em tempo, para uma compreensão das diretrizes legais que, atualmente, celebram a valorização da diversidade na educação brasileira.

O próximo trabalho, *Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil*, de autoria de Surya Aaronovich Pombo de Barros (Universidade Federal da Paraíba), ressalta a relevância de se pensar as relações raciais entre brancos e negros a partir de estudos que combatam a escola como produtora e reprodutora de desigualdades raciais, principalmente, através de debates que apresentem um campo profundamente transformado e disposto a investigar os diferentes sujeitos históricos, mais especificamente, na obra desse livro, a população negra e suas práticas educativas, formais e/ou não formais. Para tanto, um balanço e um percurso pela historiografia da educação brasileira fazem sentido e tornam-se relevantes para se costurar a história e desvendar as lacunas construídas, propositalmente ou não, que ocultavam os negros como sujeitos da educação escolar. Percorrendo a História da Educação por via do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela formação de professores em Escolas Normais e cursos de Pedagogia, pelas Sociedades e Grupos de Pesquisas, a autora nos mostra um profundo fortalecimento e transformação nas pesquisas das últimas décadas. Esse movimento, marcado por transformações e revisão no campo, revelou lacunas e a necessidade em alterar um entendimento que esteve em vigor na história da educação durante algum tempo, “de que a população negra não teve acesso à escola antes da segunda metade do século XX” (p.68). Observou-se um campo disposto a analisar a institucionalização da escola primária no Brasil e a instrução da população negra em diversas províncias e estados.

Inicia-se o segundo eixo *Educação e Escravidão no Brasil*. Nele, o terceiro capítulo, de autoria de Fábio Eduardo Cressoni (Fundação Hermínio Ometto), *Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil* retrata a presença jesuítica na cidade de Salvador, as atuações dos missionários Jorge Benci (1650-1708) e André João Antonil (1649-1716), “a relação estabelecida com os negros oriundos de África” (p. 75) e “a pedagogia da escravidão” (p. 82), a partir de um olhar atento sobre o comportamento dos negros e seu tratamento nos

engenhos do Recôncavo Baiano. Uma relação definida pela cultura portuguesa, o trabalho escravo, bem como a catequização e purificação dos corpos a partir da concepção católica, permitindo dar luz à intenção jesuítica perante a condição dos escravos africanos, pela tentativa de apagamento das práticas culturais dos mesmos e através da inserção de espaços de modificação social do negro, regras de comportamento, adoção de castigos, técnicas de trabalhos.

A seguir, Christianni Cardoso Morais (Universidade Federal de São João del-Rei) discute *Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850)*, abrangendo a superação da condição de “iletrados” por agentes históricos mediante a apropriação e utilização de técnicas de ler e escrever em momentos dissociados, fossem no espaço doméstico, nas aulas particulares ou públicas entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX. A escolha do recorte geográfico, a Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, se deu por fatores econômicos, bem como por sua vida política e cultural. Pela inexistência de “fontes diretas”, conforme salienta a autora, as assinaturas dos chamados “agentes históricos” foram elevadas ao estatuto de fontes para apontar indícios de uma cultura escrita, usos sociais cultural e historicamente atribuídos à palavra escrita entre os escravos e ex-escravos. Isso permitiu “pensar a educação dentro de um processo amplo” (p. 102), sugerindo que esses sujeitos utilizavam a palavra escrita em seu favor, “como um instrumento capaz de lhes dar condições de autonomia” (p. 113).

Itacir Marques da Luz (Universidade Federal de Minas Gerais), no capítulo *Sobre Arranjos coletivos e práticas educativas negras no século XIX: o caso da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco*, demonstra a necessidade de buscar as bases de uma reformulação do pensamento em torno da historiografia, de modo que reflita em torno da realidade educacional brasileira, propondo repensar a representação do negro ausente dos espaços educacionais. Mas, sugere ampliar o olhar para fora dos núcleos oficiais de educação, sendo possível considerar, a exemplo do que traz, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, entidade criada na primeira metade do século XIX, no Re-

cife, como um importante veículo para a “difusão da leitura e da escrita entre os negros naquele período” (p. 137).

Em seguida, Adriana Maria Paulo da Silva (Universidade Federal de Pernambuco) apresenta o trabalho *A escola do professor Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista*. Trata-se de uma reflexão sobre o lugar social, que reforça ou não, um estereótipo em torno dos indivíduos considerados “negros”, e, ainda, sobre a construção de uma história a respeito das práticas de escolarização formal de uma parcela significativa da população afro-descendente e da legislação educacional, na Corte Imperial, da primeira metade do século XIX. Assim sendo, a autora debruçou-se sobre a experiência de uma escola particular, destinada a atender alunos “pardos” e “pretos” (p. 143) e a atuação de Pretextato, “intencionalmente política” (p. 154), não o reduzindo somente a sua condição mais geral de “preto” em defesa dos seus pares, mas, afastado desse olhar estereotipado, percebendo-o como um professor da Corte que, branco ou preto, estava subjugado às mazelas educacionais e ao desprestígio que a carreira docente podia acarretar. A análise ajuda-nos a repensar a ideia, algo difundida, “de um Império de iletrados, que relegaram ao analfabetismo e à miséria ‘os coitados’ dos escravos e seus descendentes” (p. 159), o que permite inferirmos que a emergência da educação pode transitar nas fronteiras de vários tipos de “experiências culturais: de classe, de raça, de estatuto jurídico, de nacionalidade, de religião” (p. 154).

O trabalho *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX?*, de autoria de Mariléia dos Santos Cruz (Universidade Federal do Maranhão), funda-se na problematização dos discursos estereotipados em torno da população negra de que são sujeitos “desprovidos de cultura”. Tal acusação é desmistificada pela percepção do uso da leitura e da escrita pelos negros que “visavam inserção social”, mas também, entre aquelas que discordavam de sua forma de vida, como símbolo de luta e resistência, “a exemplo dos que viviam em quilombos e organizavam insurreições” (p. 196). Partindo deste pressuposto, Mariléia Cruz esforça-se numa revisão historiográfica e mostra que a demanda pela instrução abriu

portas e permitiu que “as práticas escolares se disseminassem além das expectativas governamentais” (p. 196), perdendo-se o controle da abrangência e dos novos dominantes da escrita, o que modifica o entendimento e a afirmação da ausência de negros no processo educacional.

Alessandra Frota Martinez de Schueler (Universidade Federal Fluminense) abre o terceiro eixo do livro: *Educação e a Abolição da Escravidão no Brasil*, visando discutir as *Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças (1838-1898), José do Patrocínio (1853-1905) e Manuel Querino (1851-1923)*. O artigo destaca o avanço das pesquisas em relação à participação dos negros no mundo letrado, inclusive, nas posições de lideranças, atuando como intelectuais. Ancora-se no cruzamento da História Social da Educação do Negro, História Cultural e a Micro-História, a autora analisa a trajetória dos três intelectuais levando em consideração as atuações nos contextos em que viveram, privilegiando, principalmente, um fator que toca as suas trajetórias, “a presença marcante na docência e no ofício de ensinar” (p. 192). Aponta, ainda, a necessidade do cuidado conceitual em relação ao termo negro, que precisa ser considerado e interpretado “no processo de pesquisa”, levando em consideração “as várias designações de cor historicamente em disputa” (p. 193). Ao tecer as redes de sociabilidade dos sujeitos, suas participações em diferentes processos, Alessandra Schueler desnuda o contexto da Abolição e Pós-Abolição, destacando a participação e o papel da educação e da intelectualidade negra.

Sob a perspectiva da História Social e tendo como interface a História da Educação e a História do Abolicionismo, Ione Celeste de Sousa (Universidade Estadual de Feira de Santana), no texto *Padres Educadores, abolicionismo e instrução pública na Bahia, 1878 a 1884*, apresenta a trajetória de dois padres católicos baianos: Doutor Romualdo Maria de Seixas Barroso e o Cônego Emílio Lopes Freire Lobo. Ambos atuaram “na defesa ao acesso, presença e frequência das crianças de Côr, especialmente os ingênuos, às aulas públicas da província da Bahia” (p. 217). Esse debate, segundo a autora, teria surgido, principalmente, após a Lei do Ventre Livre de 1871. Além de destacar a presença dos religiosos como gestores da instrução pública baiana, sinaliza um possível silenciamento ocor-

rido na historiografia sobre a participação da igreja e de religiosos no movimento abolicionista. Esta característica teria sido uma marca na trajetória dos sujeitos em questão, o que pode ser percebido através dos jornais e nos relatórios de Instrução Pública, além de “Sermões e Odes Eclesiásticas, de cunho pastoral, recitados nas missas” (p. 223). A ideia de instruir para civilizar, e, instruir como mecanismo de controle, são resquícios presentes nos escritos dos religiosos, que consideravam a necessidade de “preparar os ingênuos para vida, e proporcionar-lhes uma vida digna - cristã, trabalhadora, morigerada e moralizada” (p. 239).

A instrução obrigatória paranaense no século XIX é a temática desenvolvida por Juarez José Tuchinski dos Anjos (Universidade de Brasília) no texto “*Não há salvamento fora da instrução*”: *atitudes e comportamentos em torno da escolarização compulsória dos ingênuos no Paraná provincial (década de 1880)*. Privilegiou-se um conjunto de documentação produzida pelos órgãos burocráticos, tais como “relatórios oficiais, mapas do arrolamento escolar, legislação, imprensa, discursos políticos” (p.249), permitindo uma visualização das intenções dos grupos que estavam inseridos nos espaços de poder e o entendimento que eles tinham sobre a instrução dos ingênuos após a lei do Ventre Livre. O artigo visa compreender também os comportamentos efetivamente assumidos pelos sujeitos afetados com a implementação da obrigatoriedade na província. O autor destaca que a lei conseguiu alterar o cotidiano da “infância ingênua”, à revelia das intenções hierarquizadoras dos senhores.

Cynthia Greive Veiga (Universidade Federal de Minas Gerais) averiguou uma dissonância entre os discursos e as ações efetivas para consolidar a instrução da população livre, pobre, negra e mestiça, ao analisar “*Promiscuidade de cores e classes*”: *tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira*. A autora abalizou sobre a tendência na historiografia em desconsiderar a presença desses sujeitos na instrução, em períodos anteriores a República. Neste sentido, aborda “a tradição histórica da produção dos negros como grupo inferior na sociedade” (p. 273) e aponta que o processo de escolarização brasileiro acabou por consolidar este estereótipo. Ao analisar a nossa trajetória desde o século XVIII indica a necessidade de problematizar as

fontes tradicionais, em diálogo com diversas perspectivas históricas, atentando-se para não reproduzir conceitos calcados nos discursos de época, presente nos manuscritos. Destaca a presença negra na educação ao longo da história brasileira através das legislações, relatórios de inspetores, correspondências, ofícios, censos, mapas de frequência de alunos etc. Por fim, sugere os entraves à consolidação da instrução no Brasil: “estruturação política, precariedade material, condições de frequência à aula e a situação dos professores” (p. 297).

Ao observar os trabalhos contidos na *Educação no Período Pós-abolição* daremos visibilidade ao capítulo *A vontade também consola: a formação da esfera pública letrada de Afrodescendentes e o debate sobre a educação*, escrito por Willian Robson Soares Lucindo (Universidade Estadual de Campinas). O texto trata do debate educacional elencado por afrodescendentes em jornais, sociedades e centros beneficentes, apresentando a educação como um fator de construção da cidadania no Pós-Abolição, desmistificando a ideia da falta de escolarização destes sujeitos. Através dos testemunhos deixados por afrodescendentes que estiveram em São Paulo na primeira República, dos jornais da imprensa negra e dos estatutos das associações, o autor revela a apropriação e uso da educação como mecanismo de inserção social, uma estratégia que direcionava para um padrão comportamental, por parte destes, na “esfera pública”. O artigo instiga a refletir sobre a complexidade dessas práticas, apontando as contradições e diferentes visões e apropriações dos sujeitos frente aos debates educacionais.

Em *Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação*, Petrônio Domingues (Universidade Federal de Sergipe) procurou esquadrihar como a Frente Negra Brasileira (FNB) tratou a educação, analisando suas iniciativas no campo educacional. Para tanto, com base principalmente no jornal *A Voz da Raça*, o autor traça um histórico da criação desta entidade, o que amplia a contribuição em relação às diferentes maneiras de organização dos grupos formados por negros, e as lutas, em diferentes épocas e lugares, que em comum carregam o fato de ter na educação, “vista muitas vezes como a principal arma na ‘cruzada’ contra o ‘preconceito de cor’” (p. 339), um senti-

do/norteador e um fator de resistência. A FNB criou escolas, cursos de alfabetização de adultos e ainda elaborou um currículo onde os negros eram vistos a partir de outras perspectivas. Essa experiência, segundo o texto, contribuiu “para o acúmulo de forças do movimento social que procurou sensibilizar o Estado e a sociedade civil da importância de construção de uma ordem étnico-racial mais justa e igualitária no país” (p. 359).

Para analisar *Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1918-1938)*, Adlene Silva Arantes (Universidade Federal de Pernambuco) deu mostras, sob a perspectiva da História Cultural, dos papéis exercidos por intelectuais na afirmação da desigualdade, pois, os mesmos estavam ancorados pelo debate marcadamente racial. Se por um lado, os negros lutaram para se inserir nas escolas, vendo a educação como um mecanismo de inserção e luta contra o racismo, por outro, se esbarravam em um tipo de escola pensada a partir de pressupostos eugênicos e raciais, o que demonstra a trajetória de Ulysses Pernambucano, Carneiro Leão e Aníbal Bruno, que ocuparam funções de dirigentes na instrução pública implantando reformas significativas para a história da educação. A autora analisa a representação da “racialização da sociedade” esboçada em seus discursos, que viam a população negra e mestiça como “empecilho ao progresso da nação brasileira” (p. 391).

Maria Lúcia Rodrigues Müller (Universidade Federal de Mato Grosso) visibilizou *A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República*, destacando a ausência de pesquisas históricas relacionadas às formas de inserção profissional de mulheres negras em condições de exercerem funções intelectuais no mundo do trabalho, em especial no ensino público. Parte dessa ausência, como sugerido pela autora, é consequência das ideias e pressupostos propagados no Brasil, que surtiram efeitos também no campo educacional. Entre eles, o “branqueamento”, estimulado institucionalmente; a pregação eugênica, que adentrou nos debates das reformas; e, a negação do corpo negro, fruto dessas duas premissas. Por tudo isso, “uma representação negativa da população negra e das mulhe-

res negras consolidou-se nas instituições de ensino” (p. 396), reafirmadas pela aliança com a pedagogia, que através de materiais didáticos e práticas pedagógicas, classificavam, demarcavam e estereotipavam professoras e alunos negros.

Para arrematar as reflexões propostas pelo livro, Sabrina Moehlecke (Universidade Federal do Rio de Janeiro) analisou *Ações Afirmativas no Brasil: um histórico do seu processo de construção*, discorrendo sobre as experiências de ações afirmativas em diversos países. Além dos diferentes lugares onde essas políticas foram propostas, a autora destaca a diversidade do público beneficiado, como minorias étnicas, raciais e mulheres e as várias definições teóricas para pensar a questão. No entanto, a semelhança nessas várias experiências de ações afirmativas centra-se na ideia de “restituição de uma igualdade que foi rompida ou que nunca existiu” (p. 418). As ações afirmativas seriam, entretanto, uma ação reparatória, compensatória e/ou preventiva, que “busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos” (p. 420). O artigo demonstra a incorporação deste debate pelo campo institucional das formulações de políticas públicas no Brasil, pelo acompanhamento dos marcos legal. Foram apresentados projetos e propostas de lei desde a década de 1960, em diferentes instâncias, o que representa indícios das disputas por projetos de sociedade, marcados pelas contradições da formação do Estado brasileiro e da luta dos grupos que, como vimos até aqui, insistiram em inserir-se nos espaços, reivindicando por cidadania e marcando sua presença ao longo do tempo.

Conforme foi possível averiguar, o livro organizado por Marcus Vinícius Fonseca e Surya Aaronovich Pombo de Barros teve como objetivo apresentar um movimento de superação do quadro de ausência de estudos em torno do negro e seu processo educacional dando vistas a um registro significativo de trabalhos de pesquisadores que vem se dedicando e elegendo os negros como sujeitos privilegiados das narrativas do campo da História da Educação. A proposta, em evidência, trazida nas páginas de “A História da Educação dos Negros no Brasil”, vislumbra aumentar a

visibilidade do tema, movimentar a discussão e dar vozes aos sujeitos em destaque na obra a partir de sua circulação entre os pesquisadores da área e, ainda, entre os “demais profissionais da educação, em particular os professores e estudantes dos cursos de licenciatura e aqueles envolvidos com a educação básica” (p. 14).

Os capítulos estabelecem conexões entre as iniciativas e práticas educativas que envolveram esse grupo racial no desenvolvimento social brasileiro, conferindo significativa aderência aos trabalhos. Ainda assim, oferecem aos leitores orientações diversas da escrita a partir da singularidade de cada um de seus autores, que revelaram uma pluralidade de perspectivas amplamente significativas para a compreensão das possibilidades de análise hoje presentes na historiografia sobre o tema. Após a leitura do volume, é possível dizer que se trata de obra imprescindível àqueles e àquelas que se dedicam aos sujeitos da educação. Certamente, “A história da educação dos negros no Brasil” demonstra, para além do silenciamento, a existência de uma vitalidade do negro no processo educacional, enfatizando a necessária reflexão acerca de sua presença na história e na historiografia da educação.

* * *

Referência

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, 16, p. 25-38, fev. 1998.

Recebido em 12 de junho de 2017.
Aprovado em 27 de junho de 2017.